

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

Reta de Chegada

A Constituinte transbordou de emoção cívica e as divergências da batalha cessaram com o primeiro turno de votação, a partir da comovida declaração do seu presidente, que considerou aquele "o momento culminante" da sua vida política. A Constituinte aplaudiu-se fraternalmente nas palmas com que aclamou a liderança do deputado Ulysses Guimarães na condução dos trabalhos, com severidade e tolerância dosadas.

Quando voltarem para a revisão final, é de esperar que os deputados e os senadores estejam em condições de retomar o fio do entendimento para a conclusão de um trabalho duradouro, e a exclusão do que for perecível e estranho ao texto constitucional. O presidente já declarou o propósito de convocar a boa vontade dos constituintes para a votação de 5 emendas por hora, com o objetivo de aprovar o documento final o mais cedo possível.

A Constituinte refletiu um alto grau de tensão social em seus trabalhos, em conseqüência das expectativas e das preocupações traduzidas na eleição de deputados e senadores em 1986. Não se pode subestimar a circunstância de que a representação eleita com poderes constituintes emanou do despreparo do eleitor que, pela longa falta de democracia, preservou o engano de que o Estado pode tudo. Não pode porque não é capaz de ser eficiente sem a participação da sociedade. A cidadania esteve proscrita da vida brasileira e os vinte anos de autoritarismo impediram a educação política de milhões de brasileiros.

A nação estava destroçada quando o regime militar esgotou-se. E até hoje não há um segmento da sociedade que se tenha mantido inteiro. A economia e a política mostram evidências disso na própria condução dos trabalhos constituintes. A atividade política e a produção econômica ressentem-se da vasta desorganização nacional. No vácuo aberto pela presença predominante e asfixiante do Estado, ainda hoje ressalva a ilusão de uma sociedade com forte ânimo cartorial. Generalizou-se o espírito do privilégio para alguns. Todos reservam ao governo a obrigação protetora que, nos momentos de dificuldade, se traduz numa espécie de dever de cobrir prejuízos, sejam gerados pela ineficiência ou por acidente de qualquer natureza. O governo é, por essa visão, um tapador de buracos nas contas alheias. Daí também a condescendência para com a burocracia, que faz o mesmo com a própria incompetência, sem protesto da sociedade.

A desorganização não é perceptível apenas na conseqüência material, mas numa falsa identidade política. A CUT se permite a prática da greve pela greve, sem que os grevistas se dêem conta do que fazem. O sindicalismo de resultados está apenas começando. As greves políticas são um recurso exumado do século 19, quando os sindicatos eram geridos como partidos de classe

social, por uma visão ideológica que se esvaziou neste século, com prejuízos políticos e sociais.

A Constituição mostra a falta de coerência política da sociedade através da sua representação. Não há pensamento claro onde ninguém se dá conta da contradição até pessoal dos que votam. Os partidos políticos são incoerentes por tradição. O mais novo rebento partidário, o PSDB, não se distingue senão em aspectos superfúos do que todos os demais prometem. Por isso, nenhum cumpre as ofertas de campanha eleitoral. Se são tão parecidos, acabam sendo iguais.

Mostraram-se os constituintes, a despeito da taxa de renovação dos eleitos, exatamente iguais aos que não voltaram. São repetitivos, e não representativos. Não souberam reinterpretar, à luz das necessidades democráticas, as melhores aspirações de mudança do povo brasileiro. Os *lobbies*, que deveriam exprimir avanço nas relações entre a sociedade e a representação política, funcionaram na contramão: reivindicaram cartórios, reservas de mercado, benefícios para a edificação de ilhas de vantagens num mar de despesas públicas e emissões de dinheiro desvalorizado pelo excesso. Não existe arquipélago de privilégios sem o risco de maremotos financeiros. Está aí, à vista, a lição de calote e fonte de corrupção que vai jorrar dessa anistia incapaz de distinguir entre vítimas e espertalhões.

O turno de revisão, a ser retomado depois do recesso, precisará atentar para a necessidade de escoimar do texto constitucional tudo o que excedeu os limites do bom senso, e agride o interesse público: irrealismo político, como o direito de voto aos 16 anos, que nenhuma nação concede a menores diante das responsabilidades civis; irrealismo de pretender fixar juros no texto constitucional; o conteúdo desagregador da economia industrial com o turno de seis horas de trabalho; o absurdo de franquear a greve a atividades essenciais à sociedade e nos serviços públicos; a xenofobia que proíbe contratos de risco e não é capaz de atentar para os gastos que isto imporá à Petrobrás, pois até hoje nenhuma empresa estrangeira encontrou uma gota de petróleo. Quem pagará pela pesquisa sem retorno? A interdição do subsolo às empresas estrangeiras de mineração é uma insensatez para nos isolar ainda mais de uma economia cada vez mais interdependente no plano universal.

A Constituinte terá que voltar do recesso com a coragem de libertar-se de prevenções e despojar-se da demagogia estéril. A nação espera que a Constituição reflita a média nacional, e não o predomínio artificioso de minorias que não terão como prevenir conseqüências. As conseqüências, sejamos sensatos, se voltarão não apenas contra a Constituição, mas contra as próprias instituições se o irrealismo desabar.